

DE ACORDO COM O EDITAL Concurso Público 01/2026

CANELA-RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA-RIO GRANDE DO SUL

PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO COM HABILITAÇÃO EM HISTÓRIA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Didática
- ▶ Conhecimentos Específicos

Material Digital

- ▶ Legislação

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





CANELA - RS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA - RIO GRANDE
DO SUL**

**PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO COM
HABILITAÇÃO EM HISTÓRIA**

CONCURSO PÚBLICO 01/2026

**CÓD: OP-219JL-26
7908403599684**

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Compreensão, interpretação e análise crítica de textos de diferentes gêneros e tipologias.....	9
2. Identificação de tema, tese, argumentos, pressupostos, subentendidos e informações implícitas.....	9
3. Relações intertextuais e interdiscursivas.....	15
4. Coesão, coerência, progressão temática e referencialidade.....	19
5. Mecanismos de argumentação e efeitos de sentido.....	20
6. Semântica e significação contextual; sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia, ambiguidade, denotação e conotação.....	21
7. Figuras de linguagem.....	21
8. Funções da linguagem.....	22
9. Variação linguística e adequação comunicativa.....	25
10. Ortografia oficial.....	27
11. Acentuação gráfica.....	27
12. Classes de palavras e seus empregos morfosintáticos.....	29
13. Estrutura e formação de palavras.....	36
14. Flexão nominal e verbal; tempos, modos, vozes e correlação verbal.....	37
15. Termos da oração; período composto por coordenação e subordinação.....	40
16. Relações sintáticas, semânticas e lógico-discursivas.....	44
17. Concordância nominal e verbal.....	48
18. Regência nominal e verbal.....	50
19. Emprego da crase.....	51
20. Colocação pronominal.....	51
21. Pontuação e seus efeitos de sentido.....	53
22. Discurso direto, indireto e indireto livre.....	54
23. Reescrita, transformação e equivalência de estruturas; Paralelismo sintático e semântico; correção gramatical.....	56
24. Adequação vocabular.....	57
25. Redação oficial; conforme o manual de redação da presidência da república.....	58

Didática

1. Fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação.....	75
2. Teorias da aprendizagem.....	81
3. Tendências pedagógicas.....	86
4. Concepções de ensino, aprendizagem, currículo e avaliação.....	87
5. Função social da escola e papel do professor.....	91
6. Organização do trabalho pedagógico . planejamento educacional, curricular e de ensino.....	95
7. Projeto Político-Pedagógico.....	99
8. Planos de ensino e de aula; definição de objetivos, competências e habilidades; seleção e organização de conteúdos; metodologias, estratégias e recursos didático-pedagógicos.....	101
9. Metodologias ativas e práticas interdisciplinares.....	105
10. Relação entre teoria e prática.....	109
11. Mediação pedagógica e relação professor-aluno; gestão da sala de aula.....	113

ÍNDICE

12. Diversidade, inclusão, equidade e educação especial na perspectiva inclusiva; adaptações e acessibilidade curricular....	117
13. Avaliação diagnóstica, formativa e somativa; instrumentos, critérios e recuperação da aprendizagem.....	120
14. Tecnologias digitais aplicadas à educação	125
15. Educação integral.....	129
16. Interdisciplinaridade, transversalidade e contextualização	130
17. Alfabetização e letramento	134
18. Formação inicial e continuada de professores; práticas reflexivas e saberes docentes.....	135
19. Legislação e políticas educacionais brasileiras.....	139
20. Base Nacional Comum Curricular – BNCC.....	143
21. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996	190
22. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990.....	209
23. Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014.....	249
24. Ética, cidadania, direitos humanos e convivência democrática no ambiente escolar	264

Conhecimentos Específicos Profissional do Magistério com Habilitação em História

1. Fundamentos históricos, filosóficos, sociais, políticos e epistemológicos do ensino de História	273
2. História na educação básica e sua contribuição para a formação crítica, cidadã, ética e democrática dos estudantes.....	277
3. Concepções de História, tempo histórico, memória, identidade, cultura, sociedade, poder, trabalho, permanência, mudança, ruptura e continuidade	280
4. Fontes históricas: documentos escritos, orais, iconográficos, materiais, audiovisuais, digitais e patrimoniais; metodologia da pesquisa histórica e uso de fontes no ensino de História	284
5. Base Nacional Comum Curricular – BNCC e o componente curricular História; competências e habilidades relacionadas ao ensino de História	289
6. Metodologias do ensino de História	292
7. Planejamento, organização e avaliação de práticas pedagógicas em História.....	297
8. Construção do conhecimento histórico em sala de aula; consciência histórica, pensamento histórico, narrativa histórica e interpretação crítica dos processos sociais.....	301
9. História local, regional, nacional e mundial; história do município, de Santa Catarina e da região Sul, quando aplicável..	305
10. Pré-História, origem da humanidade, processos de hominização, primeiras sociedades e modos de vida	309
11. Antiguidade Oriental e Ocidental: Egito, Mesopotâmia, Hebreus, Fenícios, Persas, Grécia e Roma	313
12. Idade Média: feudalismo, Igreja, cultura medieval, relações de poder, economia, sociedade e transformações do período	332
13. Formação do mundo moderno: Renascimento, Reformas Religiosas, Absolutismo, Mercantilismo, expansão marítima europeia e colonialismo.....	336
14. Povos indígenas da América e do Brasil: organização social, cultura, território, resistência e direitos	346
15. Colonização da América e do Brasil: exploração, escravização, catequese, economia colonial, sociedade e conflitos; escravidão indígena e africana, tráfico transatlântico, resistência negra, quilombos, abolicionismo e pós-abolição; história e cultura africana, afro-brasileira e indígena; Revoluções Inglesas, Iluminismo, Revolução Industrial, Revolução Francesa e independências nas Américas.....	350
16. Formação do Estado brasileiro: Independência, Primeiro Reinado, Período Regencial e Segundo Reinado.....	354
17. República no Brasil: Primeira República, Era Vargas, República Populista, Ditadura Civil-Militar, redemocratização e Nova República; movimentos sociais, lutas por direitos, cidadania, democracia, participação política e direitos humanos	359

ÍNDICE

18. História política, econômica, social e cultural do Brasil; imigração, formação populacional, diversidade étnico-racial e identidade brasileira	373
19. História de Santa Catarina: ocupação territorial, povos originários, colonização, imigração, economia, cultura e processos políticos.....	377
20. Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa, crise de 1929, regimes totalitários, Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria e ordem mundial contemporânea; descolonização da África e da Ásia, conflitos internacionais, globalização e geopolítica contemporânea.....	382
21. América Latina: colonização, independências, ditaduras, redemocratização, desigualdades e movimentos sociais; capitalismo, socialismo, liberalismo, nacionalismo, imperialismo, neoliberalismo e transformações do mundo do trabalho	386
22. Patrimônio histórico, cultural, material e imaterial; museus, arquivos, memória social e preservação patrimonial	390
23. Educação para as relações étnico-raciais e ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena; gênero, diversidade, direitos humanos, cidadania, intolerância, preconceito, racismo e discriminação no ensino de História	394
24. Interdisciplinaridade entre História, Geografia, Arte, Língua Portuguesa, Ciências e demais áreas do conhecimento; uso de mapas, linhas do tempo, imagens, filmes, músicas, literatura, jornais, tecnologias digitais e recursos didáticos no ensino de História	398
25. Inclusão, acessibilidade e diversidade no ensino de História; adaptação de práticas pedagógicas para estudantes com deficiência e necessidades educacionais específicas	403
26. Avaliação da aprendizagem em História: instrumentos, critérios, registros, produção textual, análise de fontes, seminários, projetos e participação; elaboração de planos de aula, sequências didáticas, projetos pedagógicos e registros escolares	407
27. Ética profissional, responsabilidade docente, mediação de conflitos, trabalho em equipe e relação entre escola, família e comunidade	412
28. Legislação educacional aplicada à educação básica, à educação inclusiva, às relações étnico-raciais, aos direitos humanos e ao ensino de História	416

ÍNDICE

Conteúdo Digital Legislação

1. Lei Orgânica Municipal; Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)	3
2. Regime Jurídico Único dos Servidores	10
3. Estrutura Administrativa do Município de Canela	35
4. Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Canela	42
5. Plano Municipal de Educação de Canela	48
6. Lei Federal nº 14.640/2023 (Tempo Integral)	48
7. Lei Municipal nº 1.702/1999 (Sistema Municipal de Educação de Canela)	51
8. Lei Municipal nº 4.856/2024 (Diretrizes da Escola em Tempo Integral)	56
9. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990)	58
10. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs)	99
11. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996).....	99
12. Constituição Federal de 1988 (Artigos 205 a 214)	119
13. Base Nacional Comum Curricular (BNCC); LBI – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)	122
14. Leis Complementares nº 26 (Magistério) e 27/2012 (Maestro e Monitor)	141
15. Lei Complementar nº 25/2012 (Regime Jurídico).....	141
16. Decretos Municipais nº 7.207/2015 (Estágio Probatório) e nº 10.662/2025 (Registro de Ponto).....	164

Conteúdo Digital

▪ Para estudar o Conteúdo Digital acesse sua “Área do Cliente” em nosso site, ou siga os passos indicados na página 2 para acessar seu bônus.

<https://www.apostilasopcao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E TIPOLOGIAS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

- Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.
- Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.
- **Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto:** dados, fonte de referências e datas.
- 4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.
- **Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam compreensão do texto aparecem com as seguintes expressões:** o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor... Já as questões que esperam interpretação do texto aparecem com as seguintes expressões: conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...

IDENTIFICAÇÃO DE TEMA, TESE, ARGUMENTOS, PRESSUPOSTOS, SUBENTENDIDOS E INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS

MENSAGENS EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS

Na comunicação verbal e escrita, as mensagens podem ser transmitidas de forma explícita, quando a informação está claramente apresentada, ou de forma implícita, quando o entendimento depende da interpretação do leitor ou ouvinte.

Essa distinção é essencial para a análise de textos e discursos, especialmente em provas de concursos públicos e exames que exigem compreensão detalhada do conteúdo.

► O Que São Mensagens Explícitas

As mensagens explícitas são aquelas em que a informação está claramente expressa no texto, sem necessidade de dedução ou interpretação subjetiva. Elas transmitem um conteúdo direto e objetivo, permitindo ao leitor compreender o significado sem esforço adicional.

Exemplo de mensagem explícita:

Frase: *O trânsito está congestionado devido ao excesso de veículos na avenida.*

Análise: *A informação é clara e objetiva. O trânsito está congestionado, e a causa é o excesso de veículos.*

As mensagens explícitas são comuns em textos informativos, como notícias, artigos científicos e comunicados oficiais, nos quais a precisão das informações é essencial.

► O Que São Mensagens Implícitas

As mensagens implícitas exigem que o leitor faça inferências a partir do contexto e do conhecimento prévio. Essas mensagens podem estar disfarçadas por meio de figuras de linguagem, ironia, metáforas ou omissões estratégicas.

Exemplo de mensagem implícita:

Frase: *Se eu fosse você, não sairia agora.*

Análise: *O enunciado não afirma diretamente que há trânsito ou perigo, mas sugere que há algum problema para sair naquele momento.*

A interpretação de mensagens implícitas depende de elementos como:

- Contexto do discurso, ou seja, quem fala, para quem e em que situação

AMOSTRA

- Conhecimento de mundo, que envolve informações culturais, sociais e históricas compartilhadas entre emissor e receptor
- Uso de recursos linguísticos, como ironia, metáfora e eufemismo

Diferença Entre Implícito e Subentendido:

Embora as mensagens implícitas e subentendidas sejam frequentemente confundidas, há uma diferença sutil entre elas.

- **Mensagem implícita:** Está no discurso, mas exige inferência para ser compreendida. O emissor insere pistas no texto para que o leitor chegue à conclusão.
- **Mensagem subentendida:** Não está necessariamente no texto, mas pode ser deduzida a partir do contexto geral.

Exemplo de mensagem implícita:

Frase: *Este restaurante nunca tem fila.*

Análise: *Pode indicar que o restaurante não é popular ou que o serviço é rápido.*

Exemplo de mensagem subentendida:

Frase: *Gostei muito do presente. (Dito com expressão de desagrado)*

Análise: *Embora as palavras afirmem satisfação, a expressão facial sugere o contrário.*

Estratégias para Identificar Mensagens Implícitas:

Para compreender mensagens implícitas em textos e discursos, algumas estratégias podem ser utilizadas:

- Prestar atenção ao contexto e ao objetivo da fala ou do texto
- Observar a escolha das palavras e verificar possíveis ambiguidades ou indiretas
- Considerar o tom do discurso, especialmente quando há ironia ou sarcasmo
- Analisar elementos não verbais em textos multimodais, como imagens em charges e propagandas, que podem sugerir significados além do que está escrito

► Exemplos em Diferentes Gêneros Textuais

Em uma notícia:

- **Explícito:** O governo anunciou um novo programa de habitação popular.
- **Implícito:** O governo tenta melhorar sua imagem com novas políticas sociais. (Sugere que há uma intenção política por trás da ação).

Em uma propaganda:

- **Explícito:** Este creme hidrata sua pele por 24 horas.
- **Implícito:** Se você não usar este creme, sua pele pode ficar ressecada. (Sugere que o uso do produto é necessário).

Em uma charge:

- **Explícito:** O desenho mostra um homem carregando várias sacolas de compras.
- **Implícito:** A expressão cansada do personagem pode sugerir que o consumo excessivo gera desgaste físico e financeiro.

TEMA E ASSUNTO DO TEXTO

Tema e assunto são conceitos próximos, mas não idênticos. Compreender essa diferença ajuda muito na interpretação textual. O assunto é o campo geral de que o texto trata. O tema é o recorte específico, a abordagem ou o enfoque dado a esse assunto. Em outras palavras, o assunto é mais amplo; o tema é mais delimitado.

Por exemplo, um texto pode ter como assunto “tecnologia”. Esse assunto é amplo. O tema pode ser “os impactos do uso excessivo de celulares na infância”. Outro texto pode ter o mesmo assunto, tecnologia, mas tratar do tema “a importância da inclusão digital para idosos”. O assunto permanece geral; o tema muda conforme o enfoque.

Identificar o assunto é geralmente mais simples. Basta perguntar: sobre o que o texto fala? A resposta costuma ser uma palavra ou expressão ampla, como educação, saúde, meio ambiente, violência, leitura, trabalho, alimentação, infância, transporte ou cultura.

Identificar o tema exige maior precisão. A pergunta adequada é: o que o texto diz especificamente sobre esse assunto? Qual aspecto foi escolhido? Qual recorte o autor desenvolve? O tema costuma aparecer como uma frase mais completa, indicando a abordagem central.

Em textos curtos, como tirinhas, charges e poemas, o tema pode ser percebido pela relação entre linguagem verbal e não verbal, humor, crítica ou situação apresentada. Em textos longos, o tema costuma ser construído ao longo dos parágrafos, especialmente pela repetição de ideias e pelo desenvolvimento do raciocínio.

O título pode ajudar na identificação do tema, mas nem sempre resolve sozinho. Alguns títulos são diretos e indicam claramente o recorte. Outros são metafóricos, irônicos ou vagos. Por isso, é necessário ler o texto inteiro antes de definir o tema.

As palavras-chave também ajudam. Termos repetidos ou relacionados ao mesmo campo semântico indicam o assunto e ajudam a delimitar o tema. Se um texto repete palavras como “leitura”, “crianças”, “formação”, “imaginação” e “escola”, provavelmente trata da importância da leitura na infância ou na educação.

A introdução e a conclusão costumam trazer pistas importantes. Em textos argumentativos e expositivos, o primeiro parágrafo muitas vezes apresenta o tema, enquanto o último retoma ou reforça a ideia principal. No entanto, nem todos os textos seguem essa organização de forma explícita.

É importante não confundir tema com opinião do autor. O tema é aquilo que está sendo tratado; a opinião é o que o autor pensa sobre isso. Por exemplo, em um texto cujo tema é “o uso de uniformes escolares”, a tese pode ser “o uniforme contribui para a igualdade entre estudantes” ou “o uniforme limita a expressão individual”. O tema é o recorte; a tese é a posição.

DIDÁTICA

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS, SOCIOLÓGICOS E PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

Fundamentos da Educação¹

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações, experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

► Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empírica e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etnometodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociologas da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdieu e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, conseqüentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia ("a turma") e a escola.

As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

A "turma" é de vital importância para o adolescente que, ao "enturmar-se", prefere os padrões de seu grupo aos dos adultos, algumas vezes diminuindo até o seu rendimento escolar para satisfazer o seu grupo. O aluno, ser temporal e espacial, vivendo dentro de uma comunidade, pertencendo a um grupo social, participando de instituições várias, possuindo um "status" socioeconômico, para integrar-se aos padrões de comportamento social necessita de um atendimento dentro da sua realidade individual.

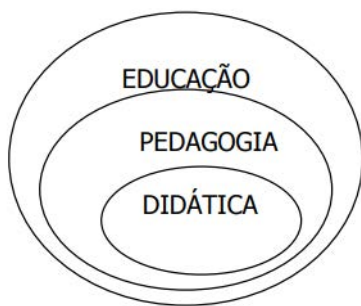
A organização de currículos, programas e planejamentos de ensino alienados da realidade social não é de natureza prática e não conduz a motivação. No entanto, como os grandes educadores e pedagogos, deveríamos ir muito além, formando "conceitos humanísticos" que superam dialeticamente o individual e o social para fazer surgir o ser humano integral, dando ao educando condições de adaptação em qualquer tipo de sociedade no tempo e no espaço.

► Fundamentos Psicológicos

Iniciemos situando Educação como o âmbito amplo que abarcaria, numa representação espacial, em círculos concêntricos, a Pedagogia e a Didática, como no esquema que segue.

¹ <https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>

AMOSTRA



A Educação compete todos os detalhes, em toda a amplitude das situações que produzem ou provocam aprendizagem. Consideramos Educação como o campo característico da categoria dos humanos, porque a definimos como a esfera da aprendizagens. Ela é característica do humano, uma vez que o homem tem como sua marca definidora o fato de ser um ser de cultura, por conseguinte, um ser que aprende.

Aprender pode ser definido como a forma construída pelo bicho-homem de enfrentamento da realidade que o circunda e que lhe permite sobreviver ou, mais ainda, que lhe permite transformar o seu entorno com vistas a sua felicidade. Em face da complexidade e da amplitude dos fenômenos que regem os atos de aprender, a sua abordagem é intrinsecamente interdisciplinar. Assim, educação se faz obrigatoriamente a partir dos múltiplos enfoques.

No esquema acima, a passagem do exterior ao interior está associada a um movimento cada vez mais especializado, do informal ao formal. Assim, Educação na região exterior à Pedagogia, compreenderia as responsabilidades e as atuações da sociedade como um todo em suas ações (não propriamente intencionais) provocadoras de aprendizagens. Tratar-se-ia da atmosfera que se gera, pelo tipo de organização social e material dos agrupamentos humanos.

Na Pedagogia, restringe-se a amplitude para reforçar a profundidade da abordagem dos fenômenos do aprender. Para explicar a Pedagogia, é útil passar-se à definição da Didática, uma vez que aquela abarca esta.

A Didática é a parte da Pedagogia que se ocupa das aprendizagens complexas que requerem sistematização e organização. A Pedagogia pode ser entendida como o contexto que possibilita a Didática. Ela se ocupa do ambiente que possibilita as aprendizagens mais pontuais e específicas dos campos científicos, que configuram as disciplinas escolares.

A Didática é a ciência que dá conta de fazer com que alguém, não tendo um certo conhecimento, passe a tê-lo; isto é, ela se ocupa da construção dos conhecimentos, na perspectiva construtivista. Porém o que são conhecimentos? Quais suas características definidoras? Quais suas relações com o saber? O que saber e conhecimento têm em comum e em que divergem? Há entre eles precedência ou complementaridade? Estas e outras perguntas serão abordadas, a seguir, através da conceituação e classificação de quatro produtos da aprendizagem.

Produtos de Aprendizagem

Dentre os múltiplos ângulos em que a aprendizagem pode ser analisada, merece importância a caracterização dos tipos de produtos que dela derivam. Propomos o esquema que segue, como síntese de uma abordagem destes produtos.

	Não Sistematizada	Sistematizada
Não transformadora	Chute	Conhecimento
Transformadora	Saber	Práxis

Consideramos nestes produtos de aprendizagem dois atributos principais: a sua sistematização e a sua capacidade de transformação. A combinação da presença ou da ausência desses dois atributos caracteriza os quatro espaços deste esquema, isto é, o chute, o saber, o conhecimento e a práxis.

Denominamos **chute** um produto da aprendizagem não sistematizado e não transformador. Chute pode ser tomado como algo aproximado a improviso. Como define o dicionário Aurélio, improviso é um produto intelectual inspirado na própria ocasião e feito de repente, sem preparo.

Observemos que estamos nos atendo à definição de improviso, enquanto produto intelectual sem preparo, que é o chute. Não consideramos, neste contexto, a validade da intuição ou da espontaneidade, que também podem estar embutidas no sentido comumente dado à palavra improviso. Chute, portanto, tem aqui a conotação de algo aprendido muito superficialmente, localizado, sem nenhuma generalização.

Chamamos de **saber** o produto de aprendizagem não sistematizado, mas transformador. Um produto de aprendizagem é transformador na medida em que acrescenta ser a quem aprende, modificando lhe em algo a maneira de viver.

Uma aprendizagem não é sistematizada quando ela é apenas descritiva de etapas de soluções de um problema, sem entrar na análise desta solução. O saber implica num valor capaz de mobilizar energias de quem aprende, a ponto de levá-lo a novas formas de vida.

Chamamos de **conhecimento** um produto de aprendizagem sistematizado, mas não transformador. Uma aprendizagem não é transformadora, quando ela somente instrumentaliza teoricamente de forma desvinculada da prática.

Um produto de aprendizagem não é transformador quando apenas ilustra, sem mover o aprendiz a incorporar nova postura existencial ou nova capacitação prática. Um produto de aprendizagem é sistematizado, quando ele chega à explicação das causas dos problemas enfrentados; e isto de forma organizada. Esta organização pode ser explicitada em livros ou similares, por escrito.

O saber transforma, mas não é sistematizado. O conhecimento é sistematizado, mas não é transformador.

O saber é pessoal; e o conhecimento é social ou socializável, na medida em que pode ser ou é sistematizado. O saber é mais ligado à ação, enquanto o conhecimento é mais ligado à reflexão e à linguagem. O saber tem mais a ver com percepções e movimentos, enquanto o conhecimento tem mais a ver com as palavras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS, SOCIAIS, POLÍTICOS E EPISTEMOLÓGICOS DO ENSINO DE HISTÓRIA

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Os fundamentos históricos do ensino de História estão relacionados à própria trajetória dessa disciplina na educação. Ao longo do tempo, a forma de ensinar História mudou conforme os projetos de sociedade, as concepções de educação, os interesses políticos e os avanços da produção historiográfica. Compreender essa trajetória ajuda a perceber que o ensino de História sempre esteve ligado às necessidades e disputas de cada época.

Durante muito tempo, o ensino de História foi marcado por uma perspectiva tradicional. Nessa abordagem, predominava a memorização de datas, nomes, batalhas, governos e acontecimentos políticos. A narrativa histórica costumava seguir uma linha cronológica rígida, valorizando grandes personagens, feitos militares e decisões de elites políticas. Os estudantes eram frequentemente colocados na posição de receptores de informações, com pouca participação na análise crítica dos conteúdos.

Essa forma de ensino estava muito ligada à construção de identidades nacionais. A História escolar era usada para fortalecer sentimentos de pertencimento à nação, valorizar símbolos oficiais e criar uma memória comum. Heróis nacionais, datas cívicas e episódios considerados fundadores ocupavam lugar central. Embora essa perspectiva tenha contribuído para organizar determinados repertórios históricos, também produziu silenciamentos, pois deixou de lado muitos sujeitos sociais, como povos indígenas, africanos escravizados, mulheres, trabalhadores, populações pobres e grupos populares.

Com o desenvolvimento da historiografia e das ciências humanas, novas abordagens passaram a questionar esse modelo. A História deixou de ser compreendida apenas como narrativa de grandes acontecimentos políticos e passou a incluir aspectos econômicos, sociais, culturais, religiosos, cotidianos, ambientais e simbólicos. A vida de pessoas comuns, as relações de trabalho, as mentalidades, as resistências, as culturas populares e as experiências de grupos marginalizados passaram a ganhar maior atenção.

Essas mudanças influenciaram o ensino de História. Aos poucos, a disciplina passou a valorizar mais a análise de fontes, a interpretação de diferentes versões, a compreensão de processos históricos e a relação entre passado e presente. O estudante deixou de ser visto apenas como alguém que deve memorizar conteúdos e passou a ser compreendido como sujeito que pode investigar, questionar, comparar e construir explicações.

Outro aspecto histórico importante é a ampliação dos temas ensinados. A História escolar passou a incorporar discussões sobre diversidade étnico-racial, direitos humanos, cultura afro-brasileira, povos indígenas, gênero, patrimônio, memória,

história local, movimentos sociais e cidadania. Essa ampliação tornou o ensino mais próximo da realidade dos estudantes e mais comprometido com a pluralidade social.

No Brasil, o ensino de História também sofreu influências de diferentes contextos políticos. Em períodos autoritários, muitas vezes foi reduzido ou controlado para evitar reflexão crítica. Em períodos de abertura democrática, ganhou força a preocupação com cidadania, participação social e análise das desigualdades.

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Os fundamentos filosóficos do ensino de História envolvem reflexões sobre o ser humano, o tempo, a liberdade, a memória, a verdade, a cultura, a ética e a vida em sociedade. Ensinar História não é apenas apresentar acontecimentos passados; é convidar o estudante a pensar sobre a experiência humana, sobre as escolhas feitas por diferentes sociedades e sobre as consequências dessas escolhas.

Uma das questões filosóficas centrais da História é o tempo. O ser humano vive no tempo, interpreta o passado, age no presente e projeta o futuro. O ensino de História ajuda o estudante a perceber que o presente não é natural nem eterno. As formas de governo, trabalho, família, religião, tecnologia, comunicação, cultura e organização social mudam ao longo do tempo. Essa percepção amplia a capacidade de questionar a realidade.

Outro fundamento filosófico importante é a noção de ação humana. A História mostra que os seres humanos não são apenas produtos das circunstâncias; eles também agem, resistem, criam, transformam e disputam sentidos. Ao estudar revoltas, movimentos sociais, invenções, migrações, conflitos e mudanças culturais, o estudante compreende que as sociedades são resultado de ações humanas coletivas e individuais.

A liberdade é outro tema relevante. A História apresenta situações em que grupos lutaram por liberdade, autonomia, direitos e reconhecimento. Também mostra contextos de dominação, escravidão, colonialismo, autoritarismo e exclusão. Esse contraste permite refletir sobre a importância da dignidade humana e da responsabilidade social.

A memória também possui dimensão filosófica. O que uma sociedade escolhe lembrar? O que prefere esquecer? Quem tem o direito de contar a história? Monumentos, datas comemorativas, museus, arquivos, nomes de ruas e narrativas familiares revelam disputas sobre memória. O ensino de História ajuda a diferenciar memória e conhecimento histórico. A memória é importante, mas pode ser seletiva, afetiva e parcial. A História busca interpretar vestígios com método e crítica.

A verdade histórica também exige reflexão. O conhecimento histórico não é invenção livre, mas também não é reprodução exata do passado. Ele é construído a partir de fontes, perguntas, métodos e interpretações. Por isso, diferentes historiadores podem produzir explicações distintas sobre um mesmo processo, desde que fundamentadas em evidências.



AMOSTRA

A ética é outro fundamento essencial. Estudar História permite refletir sobre injustiças, violências, resistências e responsabilidades. A análise de escravidão, genocídios, guerras, preconceitos, desigualdades e autoritarismos deve ser conduzida com seriedade, evitando naturalizações ou simplificações.

Do ponto de vista filosófico, o ensino de História também contribui para formar consciência crítica. O estudante aprende que a realidade social pode ser analisada, explicada e transformada. Ele percebe que ideias, instituições e valores têm história.

FUNDAMENTOS SOCIAIS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Os fundamentos sociais do ensino de História estão ligados à compreensão de que os seres humanos vivem em sociedade e constroem suas experiências por meio de relações sociais. A História permite analisar como diferentes grupos organizam a vida coletiva, produzem cultura, distribuem poder, criam formas de trabalho, estabelecem conflitos e constroem identidades. Por isso, ensinar História é também ensinar a compreender a sociedade.

A sociedade não é homogênea. Ela é formada por grupos com diferentes interesses, posições, valores, culturas e condições de vida. Ao estudar História, o estudante percebe que reis, governantes, trabalhadores, camponeses, indígenas, africanos, mulheres, crianças, imigrantes, religiosos, comerciantes, artistas, intelectuais e grupos populares participaram dos processos históricos de maneiras diversas. Essa pluralidade amplia a compreensão sobre quem faz a História.

Um dos fundamentos sociais mais importantes é a análise das desigualdades. A História mostra que desigualdades econômicas, raciais, de gênero, territoriais e culturais foram construídas ao longo do tempo. Elas não são naturais. Foram produzidas por sistemas de trabalho, formas de dominação, leis, costumes, preconceitos, práticas econômicas e relações de poder. Compreender essa construção histórica ajuda a enfrentar visões simplistas sobre a sociedade.

O ensino de História também permite compreender os conflitos sociais. Revoltas, greves, movimentos por direitos, lutas por terra, resistências culturais, disputas religiosas e conflitos políticos mostram que a sociedade é marcada por tensões. Esses conflitos não devem ser vistos apenas como desordem, mas como parte da dinâmica histórica.

A cultura é outro fundamento social relevante. Cada sociedade produz modos de viver, falar, vestir, celebrar, rezar, trabalhar, brincar, alimentar-se e interpretar o mundo. A História ajuda a reconhecer a diversidade cultural e a combater visões preconceituosas que classificam culturas como superiores ou inferiores.

A identidade também se constrói socialmente. As pessoas se reconhecem como pertencentes a famílias, comunidades, regiões, povos, nações, grupos religiosos, étnicos, profissionais e culturais. O ensino de História ajuda o estudante a compreender sua própria identidade e a respeitar identidades diferentes.

A história local tem papel importante nos fundamentos sociais. Ao estudar a comunidade em que vive, o estudante percebe que a História não está apenas nos grandes acontecimentos mundiais. Ela também está nas ruas, famílias, prédios, festas, memórias, trabalhadores, migrações e transformações do seu território.

O ensino de História também fortalece o senso de pertencimento. Quando o estudante compreende os processos que formaram sua sociedade, consegue relacionar experiências individuais a processos coletivos. Isso amplia sua capacidade de participação social.

FUNDAMENTOS POLÍTICOS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Os fundamentos políticos do ensino de História estão relacionados à formação cidadã, à compreensão do poder, à análise das instituições, à participação social e à defesa de uma convivência democrática. A História permite compreender como diferentes sociedades organizaram governos, leis, direitos, deveres, conflitos, formas de dominação e lutas por liberdade. Por isso, seu ensino possui forte dimensão política.

A política, no ensino de História, não deve ser entendida apenas como ação de governantes ou partidos. Ela envolve relações de poder presentes na vida social: quem decide, quem obedece, quem participa, quem é excluído, quem tem direitos reconhecidos e quem precisa lutar por reconhecimento. A História amplia a compreensão sobre essas relações.

Ao estudar monarquias, impérios, repúblicas, revoluções, ditaduras, movimentos sociais, constituições e processos democráticos, o estudante percebe que as formas de poder mudam ao longo do tempo. Nenhuma organização política é natural ou permanente. Todas são construídas historicamente e podem ser questionadas, reformadas ou transformadas.

O ensino de História também ajuda a compreender os direitos. Direitos civis, políticos, sociais, culturais e humanos não surgiram automaticamente. Foram conquistados por meio de lutas, debates, resistências, mobilizações e mudanças institucionais. Essa compreensão fortalece a valorização da cidadania e da participação social.

Outro aspecto político importante é a análise dos autoritarismos. Estudar censura, perseguições, regimes totalitários, ditaduras, violência de Estado, propaganda política e supressão de direitos ajuda os estudantes a reconhecer os riscos da concentração de poder e da intolerância. A História contribui para a defesa da democracia quando permite compreender experiências históricas de negação da liberdade.

A dimensão política também aparece na escolha dos conteúdos. Durante muito tempo, certas histórias foram destacadas enquanto outras foram silenciadas. Valorizar a história dos povos indígenas, da população negra, das mulheres, dos trabalhadores, dos imigrantes e de grupos marginalizados é também uma forma de democratizar o conhecimento histórico.

O ensino de História deve formar estudantes capazes de analisar diferentes discursos políticos com criticidade. Isso inclui compreender interesses, contextos, argumentos, fontes e consequências. A disciplina contribui para que o estudante não aceite qualquer narrativa sem questionamento.

A cidadania democrática exige memória e reflexão. Sociedades que não conhecem sua história tendem a repetir preconceitos, injustiças e práticas autoritárias. A História ajuda a construir responsabilidade coletiva diante do passado e do presente.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

